

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 4 DE ABRIL DE 2013.

Aos quatro dias do mês de abril de 2013 às oito horas, na sede da Secretaria de Ação Social, teve início à sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **dezesete (17) conselheiros sendo: seis (6) do poder público e onze (11) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Carmem Lúcia Cruz Ravagnani, Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, Carlos Donizete Moreira Mattos, José Fernando Siqueira da Silva, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Elisa Francisconi, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Cristiany de Castro; **conselheiros suplentes:** Solange Aparecida de Matos Galhardo, Padre Célio Adriano Cintra, Clóves Plácido Barbosa, José Carlos Gomes, Mariseti Aparecida Alves. **Com a seguinte pauta: Ofício- 07/2013- Obras Assistenciais Dr.Ismael Alonso & Alonso** – solicitando reconsideração acerca da inscrição da Instituição no CMAS; **Reunião com Dr. Ubiali** – Ofício de cancelamento da reunião do dia 05 de Abril e proposta de nova data - 12 de Abril, para deliberação do Colegiado. **Informes: Renovação do Colegiado CMAS – 2013** – Publicação dos candidatos habilitados; **Pleito Conseas** – Candidatos habilitados e não habilitados; **VIII Conferência Municipal da Assistência Social** - informações da Comissão Organizadora; **Convite: Fundação Casa-** “Reunião ampliada do Conselho Gestor” – dia 09 de Abril 8h30. Dando início a presidente Tina solicitou a apresentação dos participantes que compareceram pela primeira vez na reunião. O Sr. Marcos apresentou-se

27 informando ser assessor do deputado Roberto Engler. Após, a pauta foi lida e
28 aprovada sem alterações. Dando seguimento a conselheira Raquel fez a leitura
29 da ata do dia 21 de março de 2013. Dalva solicitou a correção na linha 134
30 esclarecendo que a orientação do Ministério Público refere-se à busca de
31 parceiros junto a todos os grupos organizados e instituições da comunidade e
32 não somente a rede socioassistencial. “Raquel também manifestou a correção
33 na frase “as normatização” na linha 143 ficando “às normatizações” bem como
34 a correção na linha 164 trocando a palavra “esclarecendo” por “informando”,
35 sendo a ata aprovada com as alterações sugeridas. Passando ao primeiro
36 assunto a secretaria Raquel fez a leitura do ofício- 07/2013 da Entidade Obras
37 Assistenciais Dr.Ismael Alonso & Alonso. Tina lembrou que no ano passado o
38 Conselho Municipal de Assistência Social, mediante orientações previstas na
39 resolução CNAS nº16/2010, realizou um processo de orientação e inscrição
40 das entidades, baseando-se nas normatizações da Assistência Social. Com
41 relação à Instituição em questão, após orientações, visitas, análise e discussão
42 no Conselho, foi inscrito apenas o Serviço de Convivência e Fortalecimento de
43 Vínculos para jovens de 15 a 17 anos. Diante da solicitação de reconsideração
44 da inscrição da Entidade, considerou importante convidar a assistente social
45 Carmen, que compõe a equipe de monitoramento da Sedas, para participar da
46 reunião e apresentar informações e subsídios para as discussões do
47 Colegiado, uma vez que a mesma faz o acompanhamento dessa Instituição.
48 Informou que o Presidente da Instituição, Sr. Marcos, também estava presente
49 na reunião passando a palavra para o mesmo, primeiramente. Marcos
50 agradeceu a oportunidade e ressaltou que a inscrição no Conselho é de suma
51 importância para a Entidade, observou que a Instituição presta serviços há

52 vinte anos no Município e que atendem as necessidades da comunidade com
53 muita responsabilidade. Em seguida a assistente social Carmen explicou que a
54 entidade Obras Assistenciais Dr. Ismael Alonso e Alonso é a única instituição
55 no município que executa o programa Pro jovem, que é um Serviço de
56 Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a faixa etária de 15 a 17 anos.
57 Ressaltou que há uma demanda grande para essa faixa etária no município e
58 uma escassez de oferta também muito grande. Carmen comentou que nos
59 últimos dois anos a instituição teve algumas dificuldades, sendo necessária a
60 construção de um plano de providências com o apontamento de algumas
61 adequações. No decorrer do ano passado a Entidade conseguiu atingir a
62 maioria das metas que foram apontadas e aquelas que ainda não foram
63 atingidas já estão em andamento. No que diz respeito ao Serviço
64 Socioassistencial desenvolvido afirmou ser um parceiro importante para o
65 Órgão Gestor, observando que existe um trabalho integrado com o Cras da
66 região, havendo ainda um interesse de ampliação do coletivo, o que avaliou ser
67 também muito positivo considerando a demanda reprimida. Assegurou que as
68 informações apresentadas são dados da realidade sem a intenção de interferir
69 na decisão do conselho e apenas com a finalidade de subsidiar as discussões.
70 A conselheira Cristiany afirmou que fez uma análise da documentação da
71 instituição apontando que apesar de serem necessárias adequações no que se
72 refere ao Estatuto e CNPJ, a mesma cumpre os requisitos previstos na
73 resolução CNAS nº 16/2010, especialmente no artigo 7º (sétimo), podendo ser
74 caracterizada como uma entidade de atendimento e que presta serviços de
75 acordo com a resolução 109/2009 que trata da tipificação nacional dos serviços
76 socioassistenciais. Afirmou ainda, ter feito um contato com o MDS, no

77 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Suas e que foi orientada
78 sobre a importância da flexibilização dos conselhos, esclarecendo que o
79 objetivo principal não deve ser restringir e sim observar se a entidade presta
80 serviços de acordo com a resolução nº 109/2009. A conselheira Dalva afirmou
81 que para a Inscrição da Entidade, não basta apenas prestar um serviço da
82 assistência social, a entidade deve ser de assistência social e cumprir os
83 requisitos de acordo com o que está preconizado nas normativas da Política de
84 Assistência Social. Entende que a atividade preponderante desta Instituição é
85 na área da saúde e não da assistência social, conforme visita feita pela mesma
86 há algum tempo. Marcio considera que a questão de preponderância é
87 requisito para a certificação de entidades beneficentes, conforme Lei
88 12.101/2009. Nesse momento o que a entidade busca não é a certificação e
89 sim a inscrição, portanto não entende que compete ao Conselho Municipal
90 essa interpretação da preponderância. Disse que fez uma nova leitura de
91 todas as legislações, especialmente a Lei 12.101/2009 e começou a fazer uma
92 nova reflexão sobre a inscrição das entidades. Propõe ainda que caso seja
93 reconsiderada a inscrição dessa instituição, também sejam reavaliadas outras
94 entidades que foram indeferidas. Alguns conselheiros apontaram a questão de
95 a instituição desenvolver outro trabalho relacionado à área da saúde e a
96 questão de distribuição de bens materiais como medicamentos, cestas básicas.
97 O Conselheiro José Fernando fez uma breve reflexão sobre os avanços da
98 assistência social no campo da seguridade social no tripé assistência,
99 previdência e saúde, e que esse aspecto inovador, modernizador da política de
100 assistência social deve ser preservado, reforçando que assistência social não é
101 assistencialismo e que apesar da transferência de recursos e bens materiais

102 ser importante, não se pode esquecer que a assistência social é política pública
103 de direitos. Porém adverte que além da legislação devemos refletir também
104 sobre a qualidade do serviço prestado, avaliando se os objetivos têm sido
105 atendidos, se há um trabalho efetivo junto à família e se a territorialização está
106 sendo considerada. Tina observou que a política de assistência social é um
107 conjunto de programas, serviços, projetos e benefícios e ponderou que os
108 benefícios eventuais também fazem parte dessa política de direitos, reforçando
109 a necessidade de regulamentação desses benefícios no município.
110 Demonstrou sua preocupação com a redução considerável da rede privada. O
111 município conta hoje com apenas 38 entidades cofinanciadas e no passado
112 eram 98, segundo informações da Dalva. Carmem, explicou que alguns
113 trabalhos da instituição ainda tem um caráter assistencialista, porém afirmou
114 que ao se fazer uma análise das entidades inscritas, verifica-se que outras
115 também necessitam de adequações. Dalva afirma que no momento não se
116 sente confortável para deliberar sobre a inscrição dessa instituição, uma vez
117 que em visita realizada anteriormente verificou uma preponderância na área da
118 saúde, necessitando de mais subsídios para sua decisão, sugerindo inclusive
119 que fosse constituído um grupo para realizar visitas à Instituição para que
120 possa ser feita uma análise mais minuciosa da situação atual da mesma, e
121 posteriormente deliberar sobre a Inscrição. A presidente Tina afirma que essa
122 análise já foi feita pela Comissão de Inscrição no ano passado e que a equipe
123 do monitoramento do Órgão Gestor também já faz um acompanhamento, e que
124 entende que não há necessidade de nova comissão para visitar a entidade.
125 Dalva reforçou a necessidade de um melhor esclarecimento sobre a finalidade
126 da instituição e até mesmo sobre o interesse da entidade em adequar-se

127 conforme a legislação da assistência social e solicitou que o presidente se
128 manifeste sobre essa intenção. O Sr. Marcos, presidente da Entidade, fez
129 alguns apontamentos sobre a instituição e lembrou que a “Obras Assistenciais
130 Dr Ismael Alonso e Alonso” foi a única instituição que aceitou desenvolver o
131 programa Pro Jovem. Falou da preocupação com a situação do adolescente
132 nessa faixa etária na região norte apontando o numero de 1200 jovens que
133 necessitam de auxilio. Afirmou que tem perspectivas de ampliação do numero
134 de atendidos nesse programa. Entende que ocorreram mudanças na
135 assistência social e que por isso percebem que precisam fazer algumas
136 adequações, mas estão disponíveis e querem estar juntos com a equipe para
137 discutir. Ao final de todas as discussões, Tina colocou em votação o
138 deferimento da inscrição da Entidade resultando em 11 votos a favor e 01
139 abstinência. O assunto seguinte referiu-se ao ofício do Deputado Ubiali sobre o
140 adiamento da reunião do dia 05 para o dia 12 de abril. Após discussões ficou
141 definido que em função de diversos outros compromissos assumidos
142 anteriormente, ficou inviável a inserção de mais um evento na agenda dos
143 Conselheiros Municipais sendo disponibilizado o calendário das reuniões
144 ordinárias do conselho ao deputado. Passando então aos informes, a
145 secretaria Raquel leu a resolução nº 006/2013 sobre a publicação dos
146 candidatos habilitados para a Renovação do Colegiado CMAS – 2013.
147 Representando a comissão de eleição Fernanda fez algumas orientações e
148 esclarecimentos sobre a eleição. A secretaria executiva Maria Amélia reforçou
149 a importância da participação de todos na assembleia eleitoral. O próximo
150 informe referiu-se ao Pleito Conseas no qual Maria Amélia apresentou os
151 candidatos deferidos, sendo Marisete como candidata e Cloves, Raquel e

152 Rosangela como eleitores. Foram indeferidos a eleitora Vera que apresentou
153 recurso à comissão eleitoral e Victalina que preferiu não apresentar o recurso.
154 Ressaltou que o Órgão Gestor garantiu o transporte dos participantes, bem
155 como a diária aos conselheiros para participação no Pleito Estadual. Dando
156 seguimento a Comissão Organizadora da Conferencia Municipal, informou que
157 foi realizada a primeira reunião da comissão no dia 27 de março, lembrando
158 que o tema da conferencia deste ano é “A Gestão e o financiamento na
159 efetivação do Suas”. Esclareceu que a conferência está prevista para ser
160 realizada nos dias 16 e 17 de julho e com previsão de realização também de
161 pré conferencias regionais. Tina avisou que a próxima reunião da Comissão
162 será dia 18 de abril após a reunião ordinária do conselho. Dalva esclareceu que
163 ficou definido que as entidades também terão a responsabilidade de envolver
164 os seus usuários, para que participem nas pré-conferências. Após passou ao
165 convite da **Fundação Casa-** para “Reunião ampliada do Conselho Gestor” no
166 dia 09 de Abril 8h30, que foi lido pela conselheira Raquel. Tina perguntou se
167 algum conselheiro gostaria de representar o conselho, Fernando se
168 manifestou, porém solicitou que Tina represente o conselho e caso ele tenha
169 disponibilidade irá comparecer como membro do conselho. José Carlos
170 informou que na reunião da comissão de articulação política, ficou definido que
171 ele faria contato com a comissão de assistência social da câmara municipal de
172 Franca. Em contato com o vereador Vergara, presidente daquela comissão,
173 agendou uma reunião com o grupo no próximo dia 18, porem ao ser informado
174 da reunião da comissão organizadora da Conferencia, esclareceu que ira
175 agendar esse momento para outro dia. Nada mais havendo a tratar a reunião
176 foi encerrada e a ata lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.